



Uma resposta ao negacionismo

Depois de o Brasil registrar quase 400 mil mortes pela covid-19, CPI no Senado inicia investigação sobre a atuação do governo federal na pandemia. O primeiro a ser ouvido pelo colegiado será o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, na próxima terça-feira

» LUIZ CALCAGNO
» BRUNA LIMA
» RENATO SOUZA
» AUGUSTO FERNANDES

Depois de o Brasil perder quase 400 mil vidas para o novo coronavírus, a CPI da Covid, no Senado, começou o trabalho de investigação sobre ações e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia. O início das atividades representa uma série de derrotas para o Executivo, que tentou impedir a instalação do colegiado, buscou por meio judicial evitar a nomeação de Renan Calheiros (MDB-AL) como relator e se movimentou para adiar o funcionamento da comissão.

A CPI funcionará hoje e, excepcionalmente, amanhã. A expectativa é de que parlamentares apresentem seus planos de trabalho e tirem a quinta-feira para votar requerimentos. Entre os que serão apreciados está a convocação dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e o atual chefe da pasta, Marcelo Queiroga. Mandetta deve ser o primeiro ouvido, na próxima terça-feira. Outro nome que há acordo sobre a convocação é o do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres.

A primeira sessão da CPI, ontem, comandada pelo senador mais velho, Otto Alencar (PSDBA), terminou com a eleição de Omar Aziz (PSD-AM) para presidir o colegiado. Ele obteve oito votos, quando o esperado eram sete. Isso porque, até mesmo o governista Ciro Nogueira (PP-PI) fez opção pelo parlamentar. O voto dele foi considerado traição pelo Planalto, que tentava emplacar Eduardo Girão (Podemos-CE), contemplado com três votos. Ciro Nogueira disse que votou em Aziz após ouvir a promessa de que os trabalhos serão conduzidos de maneira imparcial.

Ao assumir a presidência, Aziz foi enfático no discurso. “Não dá

Disputa judicial

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu, ontem, uma liminar da Justiça do DF para barrar a indicação do senador Renan Calheiros para o cargo de relator. A decisão do desembargador Francisco de Assis Betti, vice-presidente do TRF-1, acatou pedido da Advocacia do Senado, feito na madrugada de ontem. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, e o próprio Calheiros consideraram a determinação da Justiça Federal do Distrito Federal uma interferência no trabalho legislativo. A Justiça do DF tinha acolhido uma ação popular protocolada pela deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) contra a possibilidade de Calheiros assumir a relatoria da comissão.

para a gente discutir questões políticas em cima de quase 400 mil mortos. Esta CPI tem de fazer justiça a milhares de órfãos que a covid está deixando”, destacou. “Vamos levar esse trabalho técnico sem buscar nada além da verdade, seja contra quem for. Não podemos proteger ninguém que falhou ou errou em nome de quase 400 mil óbitos.”

Calheiros, por sua vez, prometeu se pautar por “isenção e imparcialidade” e disse que a CPI será “despolitizada”. Apesar disso, criticou o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e defendeu que o colegiado encontre indícios de falhas na gestão do general à frente da pasta. “Na pandemia, o Ministério da Saúde foi entregue a um não especialista, a um general. O resultado fala por si só: no pior dia da covid, em apenas quatro horas, o número de brasileiros mortos foi igual ao de todos que tombaram nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial”, comparou. “A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na saúde. Quando se inverte, a morte é certa, e foi isso que, lamentavelmente, parece ter acontecido. Temos que explicar como, por

Jefferson Rudy/AFP



Calheiros: “A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na saúde. Quando se inverte, a morte é certa”

que isso ocorreu.”

A postura de Calheiros também ficou clara quando ele reclamou dos parlamentares que tentaram impedir a instalação da comissão e a sua indicação à relatoria. “Os verdugos são inservíveis ao Estado democrático de direito. Eles negaram apoio à CPI. Negaram, por todos os meios, a chance de que ela fosse instaurada. Agora, tentaram negar que ela funcione com independência”, enumerou. “O negacionismo em relação à pandemia ainda terá que ser investigado e provado, mas do negacionismo com relação à CPI da Covid já não resta a menor dúvida.”

Mesmo com a eleição de Calheiros para a relatoria, os gover-



nistas não se deram por vencidos. O senador Jorginho Mello (PL-SC) chegou a tentar barrar a confirmação do colega para o cargo, sob a alegação de que ele é pai do governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), que pode ser, eventualmente, alvo de investigação do colegiado. O pedido dele, porém, foi negado. O parlamentar cogita, agora, acionar a Justiça para tentar reverter a situação e diz contar com apoio de outros senadores. “Vamos avaliar qual vai ser a posição, se vai ser jurídica, para que a gente cuide disso”, destacou. Mello definiu o início dos trabalhos como uma “eleição tratora”, que passou por cima de impasses importantes.

Mesmo sem ser integrante da CPI, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) chegou a ar-

gumentar contra a instalação do colegiado. Crítico do isolamento social, disse que as reuniões presenciais provocam aglomerações. De acordo com o filho do presidente da República, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), errou ao permitir os trabalhos.

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) defendeu que a CPI não tenha viés político. “O governo não teme as investigações e assume o compromisso de oferecer a sua contribuição. Estou convencido de que o julgamento das ações de enfrentamento da maior crise da história revelará a lisura da conduta do governo. Ficará comprovado que nenhum ato doloso de omissão foi cometido no combate à pandemia”, sustentou.

» Leia mais sobre CPI na página 6

»» Requerimentos

Veja quais serão os pedidos iniciais do relator

» Solicitar o inteiro teor dos processos administrativos, de contratações e das demais tratativas relacionadas às aquisições de vacinas e insumos, no âmbito do ministro da Saúde;

» Requisitar a regulamentação feita pelo governo federal, no âmbito de Lei nº 13.979, de 2020, que trata das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, especialmente sobre temas como isolamento social, quarentena e proteção da coletividade;

» Solicitar os registros de ações e documentos do governo federal relacionados a medicamento sem eficácia comprovada, tratamentos precoces, inclusive indicados em aplicativos como TrateCov, plataforma desenvolvida pelo Ministério da Saúde;

» Requerer documentos e atos normativos referentes às estratégias e campanhas de comunicação do governo e da Saúde, em particular, além dos gastos orçamentários;

» Requisitar documentos e informações sobre o planejamento e critérios de definição dos recursos para o combate à covid e sua distribuição entre os entes subnacionais, além de suplementação orçamentária;

» Requisitar todos os contratos, convênios e demais ajustes da União, que resultaram em transferências de recursos orçamentários para estados e capitais.

» Solicitar que as autoridades sanitárias de Manaus encaminhem os pedidos de auxílio e de envio de suprimentos hospitalares, em especial oxigênio e respostas do Executivo;

» Convocar o atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e os três últimos ministros que o antecederam;

» Convocar o presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres;

» Requisitar ao STF o compartilhamento das investigações das fake news;

» Requisitar à CPI das Fakes News de todo o material apurado.

Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Governo dispensa adversários

No mesmo dia em que a CPI da Covid foi instalada no Senado, cerimônia na qual o seu relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que seu trabalho será orientado pela ciência e não pelo negacionismo, doa a quem doer, o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião do Conselho de Saúde Complementar, voltou a alimentar especulações de que o novo coronavírus é um produto de laboratório da China. De quebra, menosprezou a vacina produzida pelo Instituto Butantan, a CoronaVac, de origem chinesa, ao afirmar que a principal vacina utilizada para conter a pandemia no Brasil, aplicada em 80% dos imunizados até agora, é menos efetiva do que o imunizante da Pfizer, produzido nos Estados Unidos, embora ele próprio tenha utilizado a vacina chinesa.

Guedes não sabia que a reunião estava sendo gravada, mas isso não atenu-

nua a gravidade do que falou, pela importância do cargo que ocupa e pelo fato de que a China é o principal parceiro comercial do Brasil e o principal fornecedor de insumos para produção de vacinas: “O chinês inventou o vírus, e a vacina dele é menos efetiva do que a americana. O americano tem 100 anos de investimento em pesquisa. Então, os caras falam: ‘Qual é o vírus? É esse? Tá bom, decodifica’. Tá aqui a vacina da Pfizer. É melhor do que as outras”, disse Guedes. Sua declaração ocorre num momento delicadíssimo, em que o Brasil precisa desesperadamente de insumos chineses para produzir tanto a vacina do Butantan quanto a que está sendo fabricada pela Fiocruz, a AstraZeneca.

As insinuações de que o vírus da covid-19 seria um produto de laboratório

da China, que teria saído do controle — ou que tenha sido disseminado pelo governo chinês numa suposta “guerra biológica” contra o Ocidente —, são disseminadas intensamente nas redes sociais pelos grupos negacionistas, tendo sido reverberadas, no ano passado, pelo filho do presidente da República, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), então presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o que provocou um incidente com o embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming.

Como Guedes fez agora, na ocasião, Eduardo Bolsonaro atribuiu à China responsabilidades pela pandemia. “Quem assistiu a Chernobyl vai entender o que ocorreu. Substitua a usina nuclear pelo coronavírus e a ditadura soviética pela chinesa. A culpa é da China”, escreveu em seu perfil no Twitter, em 18 de março

do ano passado. A embaixada foi dura na resposta: afirmou que o filho do presidente da República havia “contraído vírus mental” ao retornar de viagem aos Estados Unidos. E que o alinhamento do governo brasileiro com o então presidente norte-americano, Donald Trump, estaria “infectando amizades” entre as populações de Brasil e China.

Atraso na vacinação

O embaixador da China repudiou veementemente as declarações de Eduardo Bolsonaro e exigiu pedido de desculpas. O então chanceler Ernesto Araújo pôs mais lenha na fogueira, ao defender o filho do presidente: “É inaceitável que o embaixador da China endosse ou compartilhe postagem ofensiva ao chefe de Estado do Brasil e aos seus elei-

tores”, disse. Bolsonaro bancou a posição do filho e, sigilosamente, pediu à China, em março e em novembro de 2020, a troca do embaixador chinês no Brasil. Pequim ignorou os pedidos e manteve o diplomata no posto. Araújo acabou defenestrado do cargo, por causa da eleição do democrata Joe Biden para a Presidência dos Estados Unidos.

Um dos assuntos que serão investigados pela CPI da Covid é o atraso na compra de vacinas. O presidente Jair Bolsonaro chegou a vetar a aquisição da CoronaVac. “Da China, nós não compraremos. É decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população, pela sua origem. Esse é o pensamento nosso”, disse, em outubro passado. Bolsonaro também recusou a oferta de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, que seriam entregues em dezembro. Desenvolvida por um casal de cientistas turcos radicado na Alemanha, criadores da Biontech, a vacina poderia estar sendo aplicada no Brasil desde janeiro. Com sua declaração, Guedes imprimiu as próprias digitais na resistência do governo à aquisição das vacinas durante o ano passado, prato cheio para a CPI da Covid.